



Relatório da Reunião Presencial (I Ciclo – Ano II)

Grupo de Trabalho: Riscos ASG e Transparência

Consultora: Maria Eugênia dos Santos Buosi

Data: 23/10/2019

ÍNDICE

1. Participantes -----	3
2. Pauta da Reunião Presencial -----	5
3. Painéis Informativos -----	5
3.1) <i>Iniciativas do Setor Bancário lideradas pela FEBRABAN</i> -----	5
3.2) <i>Agenda de Sustentabilidade na B3</i> -----	6
3.3) <i>Ferramentas e bases de dados ambientais</i> -----	7
3.4) <i>Riscos de Desmatamento</i> -----	7
4. Plano de Trabalho -----	9
4.1) <i>Iniciativas prévias à reunião do GT</i> -----	9
4.2) <i>Subgrupos e Plano de Trabalho</i> -----	10
i) Riscos Climáticos -----	11
ii) Transparência -----	12
iii) Riscos Sociais -----	13
iv) Gestão Integrada de Riscos -----	13
5. Material de Apoio -----	14

1. Participantes

Alan Andrade BNB	Eduardo Werneck Ribeiro de Carvalho Apimec	Luciano Schweizer BID
Ana Caroline Assunção Manfé Banco da Amazônia	Elida Almeida ME/SPE	Luis Henrique de Omena Baptista PREVI
Andrej Slivnik ABDE	Enilce Melo LAB	Luiz Gustavo Bezerra Tauil &Chequer
Barbara Brakarz BID	Fernanda Nogueira ABDE	Luiza Junqueira B3
Beatriz Freitas BTG Pactual	Fernando de Angelo Carneiro Constantino CVM	Marco Antonio A. de Araujo Lima ABDE
Beatriz Stuart Secaf FEBRABAN	Flavia Moraes e Silva ABDE	Maria Eugênia Buosi Consultora LAB
Bianca Ambrósio BVrio	Gustavo Ribeiro Caixa	Maria Netto BID
Bianca Zambao Itaú	Johan Floyd Arroyo BID	Mariana Mayumi Oyakawa Votorantim S.A.
Bruno Youssif Resultante	Jorge Gildi Banco do Brasil	Mário Sérgio F. Vasconcelos FEBRABAN
Caroline Dihl Prolo Stocche Forbes	Jose Alexandre Vasco CVM	Odetta Lima Campos BNDES
Claudio Maes CVM	Larissa Mazolli LAB	Orlando Carlos Editore Proactiva Agro
Cristiane Viturino ABDE	Laura Ramirez 2º Invest Initiative	Rachel Sampaio Rodium
Cristóvão Alves SITAWI	Linda Murasawa Fractal	Rafael Castro PREVI
Diogo Negrão CDP	Luciane Moessa de Souza SIS	

Rafael Gersely

SITAWI

Rebeca Lima

CDP Latin America

Rebeca Orosco

CEBDS

Rodrigo Ferreira

BID

Rodrigo Garcia Ramos

Tosta

BNDES

Sebastian Sommer

GIZ

Tatiana Assali

Resultante

Tomás Carmona

SulAmérica

Viviane Otsubo Kwon

Mattos Filho

2. Pauta da Reunião Presencial

O GT Gestão de Riscos ASG e Transparência realizou sua primeira reunião no dia 23 de outubro de 2019, para definição dos impactos buscados e do Plano de Trabalho de seu primeiro ciclo. Nas apresentações de abertura foi reforçada a importância da agenda ASG para o cenário brasileiro e internacional. O GT é uma iniciativa que faz parte do projeto FiBraS (Finanças Brasileiras Sustentáveis), implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), no âmbito do acordo de cooperação internacional entre os Governos do Brasil e da Alemanha, que tem como principal objetivo ampliar a inserção e a relevância do tema de Finanças Verdes e Sustentáveis no debate nacional.

Incidentes como Brumadinho e os recentes incêndios na Amazônia fizeram com que as questões ASG chamassem a atenção inclusive de investidores internacionais, que passaram a se posicionar com mais intensidade, aumentando as demandas para empresas brasileiras implementarem políticas, práticas e metas que demonstrem o seu compromisso com o tema. A transparência destas questões ganha força inclusive em âmbito regulatório, com organismos como a IOSCO se atentando a referências e práticas de reporte pelas empresas.

No Brasil, destaca-se o apoio do Ministério da Economia à agenda, por meio da participação da Secretaria de Planejamento Econômico (SPE) como parceiro de implementação do FiBraS. Destacam-se também outras iniciativas que apoiam a inserção e a efetividade do tema na agenda do país, como a Resolução 4.327/2014, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e os acordos de cooperação que o Ministério tem com os governos alemão e britânico.

Adicionalmente, foi apresentada a estrutura atual do LAB e dos grupos de trabalho, principais entregas e expectativas para o próximo ciclo.

3. Painéis Informativos

Divulgação de iniciativas relevantes de membros do GT e convidados externos para o desenvolvimento da agenda ASG no Brasil.

Parceiros como a FEBRABAN, B3, CDP, UNEP-FI, PRI e a 2ª Investors Initiative foram convidados a apresentar iniciativas e ferramentas que podem apoiar o GT no desenvolvimento de seu Plano de Trabalho, bem como na execução de suas atividades neste primeiro ciclo. Na próxima seção são detalhados os principais pontos e materiais utilizados pelos convidados em suas apresentações.

3.1) Iniciativas do Setor Bancário lideradas pela FEBRABAN

Apresentação:

Mario Sergio Vasconcellos e Beatriz Secaf

Diretoria de Relações Institucionais e Sustentabilidade da FEBRABAN

[Clique aqui para acessar o material](#)

A FEBRABAN apresentou iniciativas de apoio à integração de riscos climáticos na agenda dos bancos brasileiros, que considera especialmente as recomendações da *Task Force for Climate-Related Financial Disclosure (TCFD)* como referência para o tratamento do tema. Em 2019 foram lançados estudos e ferramentas para apoio aos bancos, que incluem um *roadmap* de integração das recomendações e uma régua de sensibilidade aos riscos climáticos. Os estudos analisaram ainda o alinhamento das recomendações a metodologias e indicadores de sustentabilidade, bem como a aspectos regulatório da Resolução 4.327/2014, do CMN.

Além deste estudo, foi apresentado o mapeamento anual realizado pela FEBRABAN junto aos bancos, que mensura os recursos direcionados a setores classificados pela ONU como setores da Economia Verde. A instituição está trabalhando na melhora da metodologia, que tem alguns desafios como os conceitos e taxonomias nacionais e internacionais de finanças verdes, a identificação das atividades dos clientes a partir dos CNAES da Receita Federal, bem como a identificação de outros recortes possíveis para a mensuração.

[Acesse aqui os estudos da FEBRABAN](#)

3.2) Agenda de Sustentabilidade na B3

Apresentação:

Luiza Junqueira

Sustentabilidade – B3

[Clique aqui para acessar o material](#)

A atuação da B3 em relação à agenda de sustentabilidade se dá em duas frentes: como indutora de boas práticas no mercado de capitais, atuando junto às empresas listadas e investidores, e desenvolvendo produtos e serviços, como índices e outras ferramentas que fomentem a agenda. Entre as iniciativas, o *Relate ou Explique* foi apresentado como uma iniciativa que começou como voluntária e foi incorporada pela própria CVM, na Instrução 552, que solicita às empresas que reportem a elaboração (ou não) de relatório de sustentabilidade, os padrões adotados e a asseguaração das informações.

[Clique aqui para acessar as ações e estudos da B3 sobre o Relate ou Explique](#)

Este ano, a B3 está se engajando na consulta pública da Instrução 552 da CVM para incluir no item 7.8 do Formulário de Referência (relativo à publicação de informações socioambientais) aspectos ligados ao reporte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por parte das empresas. Foi sugerido que o GT apoie a iniciativa e envie um posicionamento como LAB, ação que deve ser feita até dezembro de 2019.

3.3) Ferramentas e bases de dados ambientais

Apresentação:

Rebeca Lima

Gerente Senior, Programa Empresas e Supply Chain

CDP

[Clique aqui para acessar o material](#)

Nos últimos anos, o CDP alinhou seus questionários às recomendações da TCFD com o objetivo de constituir um banco de dados que suporte agentes financeiros na consideração destes aspectos em sua análise de riscos, que abrangem questões climáticas, de água e gestão de florestas. O banco de dados do CDP hoje conta com a resposta de mais de 7 mil empresas em 87 países, utilizada por mais de 525 investidores, responsáveis por US\$96 trilhões em ativos sob gestão.

A iniciativa está desenvolvendo questionários setoriais, com o objetivo de analisar as particularidades de cada atividade econômica e gerar maior comparabilidade entre as empresas do mesmo setor. Além do engajamento e *disclosure*, o CDP está desenvolvendo outras ferramentas de apoio a gestores na avaliação de *portfolios* e sua aderência às recomendações da TCFD, avaliação de emissões de carteiras de ativos e detalhamento de riscos de *portfolio*.

Apresentação

Laura Ramirez

2º Investors Initiative

[Clique aqui para acessar o material](#)

A iniciativa conta com apoio internacional da GIZ para a mensuração de riscos de transição climática em *portfolios* de renda variável e carteiras de crédito. O PACTA, ferramenta desenvolvida pela iniciativa, avalia dados de empresas em todo o mundo, bem como informações de políticas e cenários climáticos, para uma avaliação quantitativa da exposição das carteiras a riscos climáticos de transição.

3.4) Riscos de Desmatamento

Apresentação

Danielle Carreira

Senior Specialist, Environmental Issues

PRI

[Clique aqui para acessar o material](#)

Entre as iniciativas de engajamento dos Princípios para os Investimentos Responsáveis (PRI), iniciativa com objetivo de fomentar a integração ASG na agenda de investidores institucionais, existe um grupo global focado em ações de engajamento para o uso sustentável do solo. As ações envolvem a responsabilidade e práticas de gestão junto às cadeias de valor (como a de soja, gado e óleo de palma) de grandes empresas expostas reconhecendo os impactos potenciais deste tema sobre questões como as mudanças climáticas, a segurança hídrica e alimentar, a perda de biodiversidade e a degradação de recursos naturais.

Desde 2017, por meio da Investor Initiative for Sustainable Forests, foram lançadas diversas ações de engajamento, que incluem o apoio a iniciativas do mercado brasileiro como o Manifesto do Cerrado, lançado em 2018.

Este ano, o grupo lançou um *statement* relativo aos recentes incêndios na Amazônia, que contou com a adesão de mais de 230 investidores institucionais responsáveis por 16,2 trilhões de dólares em ativos sob gestão. A iniciativa demanda a adoção de políticas, práticas e metas de redução do desmatamento por parte das empresas e a atuação junto às suas respectivas cadeias de valor. Foi sugerido que o LAB monitore esta iniciativa e sugira recomendações para resposta das empresas brasileiras a esta demanda de investidores institucionais.

Apresentação

Raquel Costa

Brazil Coordinator

Good Growth Partnership – UNEP-FI

[Clique aqui para acessar o material](#)

O GGP apresentou sua abordagem para a realização de estudos e engajamento para a redução do desmatamento. O programa se apoia nas questões de produção sustentável, demanda e financiamento para desenvolver ações que apoiem o desenvolvimento de políticas, apoio à produção e aumento da conscientização sobre os riscos de desmatamento. O GGP conta hoje com pilotos em quatro países, incluindo o Brasil para a avaliação de riscos na cadeia de soja na região do Matopiba.

Na componente brasileira, o GGP tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de políticas públicas para a redução do desmatamento, promover o treinamento de agentes públicos e privados sobre o tema, desenvolver metodologias e ferramentas de gestão de riscos e fomentar o desenvolvimento de novos produtos e mecanismos de financiamento para a produção sustentável. As iniciativas serão desenvolvidas ao longo de 2020 e acompanhadas pelo LAB, com eventual suporte sempre que se identificar sinergia com os trabalhos realizados pelo GT.

4. Plano de Trabalho

A partir de apresentação realizada pela coordenadora do GT, Maria Eugênia Buosi, foram discutidos os subgrupos e atividades que podem ser executados no primeiro ciclo de trabalho do GT, que a partir desta estruturação vai convidar os membros a participarem dos subgrupos e atividades.

[Clique aqui para acessar a apresentação do Plano de Trabalho Preliminar](#)

4.1) Iniciativas prévias à reunião do GT

Para o desenho do Plano de Trabalho, foram realizadas reuniões com coordenadores do LAB e *stakeholders* chave com o objetivo de identificar iniciativas em curso e, desta forma, evitar a sobreposição de ações, bem como levantar *gaps* e questões que podem ser trabalhadas no âmbito do GT.

As entrevistas realizadas envolveram associações como a FEBRABAN e a ANBIMA, a B3, iniciativas voluntárias como CDP e PRI, além do BID, CVM e ABDE, coordenadores do LAB, e o Ministério da Economia. A avaliação dos temas foi consolidada por meio de uma nuvem de palavras, conforme abaixo:



Os pontos levantados pelos participantes, adicionalmente a esta consolidação, envolvem:

- Dentro das questões de risco climático, é importante estabelecer uma ligação entre as recomendações da TCFD e outras metodologias, para que haja um alinhamento entre as demandas enviadas pelo setor financeiro às empresas. Também foi destacada a importância de não criar sobreposição com outras iniciativas, como a que está em desenvolvimento pela FEBRABAN.

- A inclusão de riscos sociais, em função da sua relevância para a análise de risco inclusive do ponto de vista legal, como, por exemplo, a atuação do Ministério Público junto ao setor bancário em questões trabalhistas e de direitos humanos. Ainda em relação a riscos sociais foi mencionada a importância de se considerar o relacionamento com comunidades sensíveis.
- A confiabilidade dos dados socioambientais no Brasil dificulta o uso pelos agentes do setor financeiro. Seria interessante conduzir um estudo das bases de dados disponíveis e, eventualmente, realizar um trabalho junto aos agentes públicos para que sejam disponibilizados dados de melhor qualidade para a análise de riscos.
- A padronização de conceitos e indicadores também é apontada com relevância pelos participantes. Internacionalmente vêm se desenvolvendo taxonomias de finanças verdes, com destaque para a iniciativa da União Europeia. É importante que essas ações não sejam impostas ao Brasil como ações prontas, mas que haja um preparo do mercado local para compreender e complementar as taxonomias, destacando as singularidades do Brasil em relação ao tema, sem criar iniciativas paralelas e que dificultem o diálogo com o mercado internacional.
- No mercado brasileiro, o PRI está desenvolvendo uma iniciativa de engajamento sobre corrupção e integridade junto a empresas listadas. O tema tem sido visto com importância pelos investidores institucionais e pode ser acompanhado pelo LAB e apoiado por outros membros quando aplicável.
- No relacionamento com o cliente, a questão de educação financeira e securitária é particularmente relevante. Ela representa tanto um risco como uma oportunidade para o setor financeiro e de seguros e o mercado brasileiro ainda está distante do tema. A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) não possui uma coordenação nacional no momento, a partir de deliberações do poder público, e há alguma incerteza sobre o futuro da iniciativa no Brasil

4.2) Subgrupos e Plano de Trabalho

Os subgrupos e atividades do GT foram pensados a partir de objetivos gerais e premissas para a sua atuação:

- Atuação com foco na geração de impactos positivos sobre a mitigação de riscos, geração de negócios e aumento da confiabilidade das transações entre empresas e o setor financeiro

- Geração de ações concretas, que permitam o engajamento e atuação de empresas e instituições financeiras na integração de aspectos ASG em sua estratégia e práticas de gestão de riscos
- Busca por sinergias com ações e ferramentas desenvolvidas por diferentes *stakeholders* que possam promover a agenda de riscos ASG e transparência, evitando a sobreposição de iniciativas
- Realização de atividades que fomentem o protagonismo dos membros e a participação ativa no GT, como:
 - Realização de eventos e *webinars*
 - Coordenação de estudos
 - Desenvolvimento de guias e recomendações práticas sobre riscos ASG e transparência

A partir do debate, foi sugerida a seguinte estrutura de subgrupos, que será submetida para convite à participação dos membros:

i) Riscos Climáticos

Coordenador: CDP

Impacto esperado: Reduzir a exposição das carteiras de ativos do setor financeiro ao risco climático, por meio da disseminação de conhecimento técnico e ferramentas de análise e gestão deste tipo de risco.

As recomendações da TCFD serão a base de trabalho deste subgrupo, que tem como principais objetivos:

- A partir da experiência de implementação das recomendações da TCFD pela FEBRABAN junto ao setor bancário, incentivar a adoção das recomendações da TCFD por investidores institucionais, seguradoras e empresas.
- Disseminar o conhecimento sobre a agenda de riscos climáticos e sua consideração na análise de riscos de *portfólio*.

Como primeira ação deste subgrupo, o GT está conduzindo a tradução das recomendações da TCFD para o português, em parceria com a própria iniciativa em âmbito internacional. Será realizada a tradução dos três principais relatórios da TCFD (de recomendações, de implementação das recomendações e de análise de cenários), sendo o primeiro lançado ainda em 2019. Além desta iniciativa, a construção de guias e recomendações setoriais para adoção das recomendações da TCFD envolverão ações como:

- Levantar e apresentar ferramentas para discussão de cenários climáticos, para apoiar estudos de carteira
- Propor e coordenar estudos de riscos climáticos no Brasil, ferramentas de análise de risco e recomendações para o uso por investidores institucionais e seguradoras
- Apoiar as iniciativas da FEBRABAN junto ao setor bancário com o levantamento de materiais e disseminação das iniciativas junto ao GT

ii) Transparência

Coordenação: B3

Impacto esperado: aumentar a transparência e confiabilidade de informações ASG, reduzindo a assimetria de informações entre empresas e investidores sobre os potenciais impactos de riscos derivados destas questões

O subgrupo atuará em duas frentes de trabalho:

- 1) Documentos regulatórios: buscará aumentar o reporte de riscos e informações ASG nos documentos corporativos e de Relações com Investidores por parte das empresas, como no caso dos Formulários de Referência, incentivando o uso de ferramentas de reporte e indicadores ASG (KPI's) adaptados à realidade brasileira. Foram mapeadas até o momento as seguintes ações:
 - Apoiar e coordenar, em conjunto com a B3, na consulta pública da CVM, para elaboração de recomendação sobre *dislosure* de informações ASG e ODS: revisão do item 7.8
 - Coordenar a elaboração de um Guia para *disclosure* de riscos ASG, no item 4.1
- 2) Acesso e uso de dados ASG: tem como principais objetivos a identificação e consolidação de bases de dados ASG disponíveis no mercado brasileiro, identificando convergências e divergências entre padrões locais e internacionais, além de promover o desenvolvimento de ferramentas que facilitem a análise de dados ASG por bancos, investidores institucionais e seguradoras. As entregas envolvem:
 - Mapear bases de dados e ferramentas para análise de riscos ASG
 - Desenvolver estudo/relatório com Recomendações para o aprimoramento e padronização de informações

iii) Riscos Sociais

Coordenação: CAIXA

Impacto esperado: Mitigar riscos legais e reputacionais derivados de questões sociais nas carteiras dos bancos e investidores institucionais

Uma das demandas de diversos *stakeholders* importantes foi que o GT trabalhasse não apenas as questões ambientais e climáticas, que estão no centro do debate internacional, mas que abrangesse outros aspectos relevantes para o cenário brasileiro. Neste contexto, o objetivo deste subgrupo é consolidar e recomendar metodologias que apoiem a análise de riscos sociais e de direitos humanos. Em sua atuação, este subgrupo pretende apoiar e coordenar estudos e o desenvolvimento de Recomendações para a análise de riscos sociais pelo setor financeiro.

iv) Gestão Integrada de Riscos

Coordenação: A definir

Impacto esperado: aprimorar a governança dos riscos ASG nas instituições financeiras, através da sensibilização aos modelos de risco e avaliação de ativos por questões socioambientais e de governança corporativa

O tema foi levantado a partir de uma demanda específica, considerando os desafios na integração de riscos ASG à governança da gestão de riscos das instituições financeiras e na integração dos riscos socioambientais aos modelos de risco. A partir do debate, foram levantadas duas frentes de trabalho relativas a este tema.

- 1) Governança do risco socioambiental: visa fortalecer o debate, dentro das instituições financeiras, sobre o papel das diferentes áreas internas na gestão de riscos socioambientais em bancos, investidores institucionais e seguradoras.

Entre as ações pactuadas, desacatam-se:

- Realizar estudo das regulações aplicáveis ao sistema bancário, gestão de ativos e seguros, sobre a Gestão Integrada de Riscos e buscar correlações com a agenda de riscos ASG
- Mapear ferramentas existentes para a integração ASG à gestão de riscos corporativos
- Promover o debate através de encontros técnicos e *workshops* sobre a gestão de riscos ASG em setores e mercados específicos

2) Apoio a iniciativas de engajamento: tem como principal objetivo promover o engajamento de empresas e o monitoramento de resultados de ações promovidas por bancos, investidores institucionais e seguradoras. As ações já mapeadas nesta frente abrangem:

- Acompanhar e apoiar a iniciativa de engajamento da Rede Brasileira do PRI de programas e práticas de integridade em empresas listadas
- Monitorar e promover o apoio do GT à iniciativa global do PRI em relação ao desmatamento no bioma amazônico, que solicita o reporte de políticas e práticas corporativas das empresas e junto às suas cadeias de valor, por meio de geração e disseminação de conhecimento sobre o tema, levantamento de materiais e ferramentas para a avaliação e reporte de riscos de desmatamento

A partir deste relatório e da apresentação do Plano de Trabalho do GT, todos os subgrupos e atividades serão submetidos à avaliação e adesão dos membros, para que se defina um plano efetivo de atividades para o primeiro ciclo do grupo de trabalho.

5. Material de Apoio

Para informações consolidadas sobre os Subgrupos deste GT, acesse o link: [Frentes de Trabalho GT Riscos ASG e Transparência](#)

Caso deseje receber quaisquer outros materiais produzidos pelo GT Gestão de Riscos ASG e Transparência por gentileza, envie um e-mail para info@labinovacaofinanceira.com ou gtriscosasg@labinovacaofinanceira.com.